

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 538 - Brasília, segunda-feira, 8 de setembro de 1997

Comissão debate consórcio ecológico

A preservação do meio ambiente da região amazônica poderia ser custeada por consórcios ecológicos que teriam cotas comercializadas. A proposta, do consultor do Ministério do Meio Ambiente, José Cesário de Barros (E), foi debatida pelos senadores que integram a Comissão da Amazônia, presidida por Nabor Júnior. **Página 8**



O balanço das atividades da semana

PÁGINA 2

Plenário vota reforma da Previdência na quarta

Em pauta, também, projetos que regulamentam a reforma agrária. Comissões debatem matriz energética brasileira e a "guerra fiscal" entre os estados



Com um acervo de mais de 150 mil volumes, incluindo uma coleção de 3 mil obras raras, a Biblioteca do Senado é uma das maiores da América Latina na área de Ciências Jurídicas e destaca-se também nos campos da Economia e das Ciências Políticas. A biblioteca é o órgão focalizado hoje na seção "Conheça o Senado". **Página 4**

O substitutivo do senador Beni Veras à proposta de emenda constitucional da reforma da Previdência deverá ser votado nesta quarta-feira pelo plenário do Senado. Para amanhã está prevista a votação do projeto de lei do senador Flaviano Melo que regulamentam dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Um debate sobre a matriz energética brasileira, amanhã, com a presença do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, deverá abrir as atividades das comissões. Outro assunto em pauta amanhã é a chamada "guerra fiscal": uma subcomissão da CAE ouve o presidente do Ipea sobre os efeitos dos incentivos fiscais. **Página 3**

Substitutivo sobre reforma da Previdência e proposta que extingue segundo turno das eleições foram destaques na CCJ

Decisões movimentam semana nas comissões

Na última semana, de muito movimento nas comissões do Senado, a CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) deu manchetes duas vezes: ao aceitar emenda de plenário ao substitutivo da reforma da Previdência, acabando com a aposentadoria especial para magistrados; e ao aprovar proposta que extingue o segundo turno nas eleições de governador e prefeito, e reduz para 45% dos votos o percentual necessário para a eleição do presidente da República em primeiro turno.

Os pareceres da CCJ vão agora à apreciação do plenário da Casa, e a reforma

da Previdência já está incluída na Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 10.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também apresentou duas matérias para apreciação pelo plenário: projeto obrigando que as bulas de remédios contenham advertência sobre efeitos da interação do medicamento com o cigarro; e outro estabelecendo a afixação do telefone e endereço da entidade de defesa do consumidor pelo comércio e prestadores de serviço.

A CAS reuniu-se para audiência pública sobre a crise da Encol, ouvindo os presidentes do Banco do Brasil e da

Caixa Econômica Federal, representantes dos mutuários e dos funcionários da empresa.

Outras audiências públicas foram realizadas:

- pela Comissão Parlamentar destinada a estudar medidas preventivas contra efeitos do fenômeno *El Niño*;

- pela subcomissão da CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) incumbida de examinar incentivos oferecidos pelos governos estaduais;

- pela CAE, para debater as proposições sobre a questão agrária, em tramitação no Congresso;

- pela Comissão Especial da Amazônia, sobre o programa de consórcios ecológicos.

Plenário já aprovou 10 matérias no início de setembro

O plenário do Senado aprovou 10 matérias durante a primeira semana de setembro, entre elas o projeto que proíbe órgãos públicos de contratar serviços de intermediação para liberação de verbas orçamentárias, que passou pelo turno suplementar e vai agora à apreciação da Câmara. Foi aprovado também requerimento de urgência para a votação de projetos que dispõem sobre a implantação da reforma agrária, e que entram na Ordem do Dia de amanhã (veja matéria na página 3)

Em outra decisão, o plenário pediu parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre projeto de lei de iniciativa da Câ-

mara, que obriga as empresas a manter o convênio médico dos empregados demitidos sem justa causa, por período que varia de três a 12 meses, conforme o caso.

Foram confirmadas pelos senadores as indicações de dois novos diretores do Banco Central: Demosthenes Madureira Pinho Neto, para a área de Assuntos Internacionais, e Sérgio Darcy da Silva Alves, que será responsável pelas Normas e Organização do Sistema Financeiro.

O plenário também aprovou autorizações para a emissão de títulos pela prefeitura de São Paulo.

MATÉRIAS APROVADAS DE 1ª A 5 DE SETEMBRO

Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Escolha de autoridades	2
Requerimentos aprovados	2
Total de matérias aprovadas	10

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Preside Sessão Solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio

14h30 - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado

PLENÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

11h - Sessão Solene

Pauta: Homenagem ao presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio. *Plenário do Senado Federal* Oradores: Pelo Senado Federal, senador Lúcio Alcântara.

Pela Câmara dos Deputados, deputado José Lourenço.

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (09.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; e "PLC nº 140/94, que regulamenta a profissão de arqueólogo.

Quarta-feira (10.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição; e "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quinta-feira (11.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 89/92, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pes-

soa portadora de deficiência.

Sexta-feira (12.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (09.09.97)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, Firmino Ferreira Neto e José Muniz Lopes, respectivamente, a fim de prestar informações sobre a matriz energética brasileira. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Subcomissão Destinada a Examinar a Política de Incentivos Oferecidos às Empresas pelos Governos Estaduais

Pauta: Audiência pública sobre "guerra fiscal" com a presença do presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (10.09.97)

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júlia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heliya Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Plenário começa semana com matérias importantes em pauta.
Amanhã, pode ser apreciado projeto sobre a questão agrária

Reforma da Previdência entra em votação na quarta-feira

O plenário do Senado deverá votar nesta quarta-feira (dia 10), em primeiro turno, o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional que reforma a Previdência Social. A votação da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi concluída na última quarta-feira (dia 3).

Amanhã (dia 9), será votado o projeto de lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. A proposição está tramitando conjuntamente com o projeto de lei do senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) dispendo sobre a participação de estados e municípios na implantação da reforma agrária.

Também amanhã, os sena-



Beni Veras, relator da Previdência

dores apreciam dois projetos de lei da Câmara: um dispendo sobre o exercício profissional do técnico de segurança e outro regulamentando a profissão de arqueólogo.

Na quarta-feira, será discutido, em primeiro turno, substitutivo da Câmara ao projeto de lei de autoria do ex-sena-

dor Maurício Corrêa determinando os casos em que forças estrangeiras podem transitar pelo território nacional. Também será apreciado o projeto de resolução que autoriza o governo brasileiro a rescalonar os créditos brasileiros junto à República do Suriname.

O plenário discute, ainda na quarta-feira, mais dois projetos de lei da Câmara: um regulamentando o exercício profissional do histotecnologista e outro dispendo sobre a profissão de bombeiro civil.

Na quinta-feira (dia 11), os senadores apreciam projeto de lei da Câmara concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e materiais educativos adquiridos por pessoa portadora de deficiência.

Em debate, a matriz energética brasileira

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), realiza amanhã, às 10h, audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, para a prestação de informações sobre a matriz energética brasileira. Também participarão o presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Neto, e o presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes.

Ainda amanhã, às 17h30, a subcomissão destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais realiza audiência pública sobre a chamada "guerra fiscal" com o presidente da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernando Antonio Rezende da Silva, além de outros pesquisadores do órgão.

Na quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo sena-



Freitas preside a comissão

dor Ademir Andrade (PSB-PA), deverá apreciar, entre outras matérias, de forma terminativa, projeto de lei do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) dispendo sobre o enquadramento dos juízes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. A proposição tem parecer favorável do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

A CAS poderá discutir ainda projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) dispendo sobre o tratamento mé-

dico da dor, por meio de entorpecentes, em pacientes portadores de tumores comprovados. A matéria tem parecer favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza nesta quarta-feira, às 10h, reunião para discussão de várias matérias. Na pauta, a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) dispendo sobre tratamento tributário dispensado aos produtos da cesta básica. A proposição tem parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA).

Também está na pauta da reunião da CCJ a PEC de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) revogando a norma constitucional que veda a participação de empresas estrangeiras na assistência à saúde no país. A matéria tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

"Cédula da Terra" recebe apoio na CAE

O projeto "Cédula da Terra" recebeu o apoio de vários senadores que participaram de debate sobre o tema promovido na quinta-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos. O senador José Serra (PSDB-SP), presidente da comissão, considerou o programa coerente e recorreu a desarticulação da produção de alimentos resultante de ações radicais de reforma agrária, como a empreendida no início da década de 70 no Chile.

- Não podemos pisar no acelerador a 200 km por hora num momento destes - aconselhou Serra, ao citar o custo de R\$ 40 mil em média por família assentada.

Esperidião Amin (PPB-SC) observou que Santa Catarina é, ao lado de Sergipe, o estado com o menor índice de concentração de terra no Brasil. Na opinião do sena-

dor, o governo federal poderia instituir um único colegiado ou conselho para atuar como gestor dos recursos e cuidar da política fundiária.

Por sua vez, Jonas Pinheiro (PFL-MT) apoiou o "Cédula da Terra" e notou que o programa favorece novas colonizações de sulistas que ajudariam como coadjuvantes na reforma agrária em estados pouco povoados.

Osmar Dias (PSDB-PR) discordou da opinião dos representantes da Contag e do MST contrária ao "Cédula da Terra", assegurando que a proposta representa uma alternativa concreta de solução para a questão fundiária no Brasil.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou o caráter da reunião e sugeriu que novos debates sejam promovidos no âmbito da CAE.

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista com o senador Freitas Neto sobre reforma política e sobre projetos que colocam o Vale do Paraíba na esfera de competência da Codevasf.

8h - Debate sobre "guerra fiscal" com os senadores Roberto Requião e Waldeck Ornelas

9h30 - Entrevista com o senador Freitas Neto (retransmissão)

10h - Comissão Especial da Amazônia (retransmissão)

11h - Sessão solene do Congresso Nacional - visita do presidente de Portugal, Jorge Sampaio

12h15 - Entrevista com o Senador Freitas Neto (retransmissão)

13h - Debate sobre "guerra fiscal" (retransmissão)

14h30 - Plenário ao vivo

Em seguida - Comissão Mista de Orçamento (retransmissão da reunião do dia 4, quando foi debatida a proposta orçamentária de 98 com o ministro do Planejamento, Antonio Kandir)

RÁDIO SENADO HOJE

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

11h - Sessão solene do Congresso Nacional - visita do presidente de Portugal, Jorge Sampaio

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Plenário ao vivo

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Sessão plenária (retransmissão)

Nos intervalos: música e informação

Senador promete empenho para corrigir distorções provocadas pelo acordo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai

Lúdio preside Comissão Parlamentar do Mercosul

Por aclamação, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) foi eleito presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. No discurso de posse, ele afirmou que a comissão trabalhará visando à correção das distorções provocadas pela união dos quatro países - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

- A globalização do mercado certamente provocará vários problemas na sociedade. Cabe à comissão trabalhar para que esses problemas sejam minimizados - assu-

rou. Conforme Lúdio Coelho, outro importante papel da comissão será o de firmar a participação do Congresso Nacional no Mercosul.

Para a vice-presidência da comissão foi eleito o deputado Júlio Redecker; secretário-geral, o deputado Júlio Bornhausen; e secretário-geral adjunto, o deputado Germano Rigotto.

A comissão também aprovou a criação de uma subcomissão para elaborar um código de defesa do consumidor do Mercosul. Para presidir os tra-



Lúdio: globalização
balhos da subcomissão foi escolhido o deputado Celso Rusomano.

Maldaner cobra de FHC compromisso com a área social

"A propaganda oficial está na contramão da nossa realidade", afirmou o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao criticar o desempenho do governo Fernando Henrique Cardoso na área social. O senador conclamou o presidente da República a ouvir os segmentos que, "dentro do governo, estão comprometidos com a agenda social, pois, apesar de o iogurte e o frango terem resistido às pressões econômicas em defesa do real, devemos ter o cuidado para que a dentadura não venha a dar jocosas gargalhadas com a sua queda".

Na avaliação do senador catarinense, o país está satisfeito em viver sem inflação, mas seu povo está infeliz por "não ter saúde para si e para seus filhos".

- Daí o questionamento: de que adianta uma reserva monetária de R\$ 60 bilhões para um povo doente? - acentuou Maldaner, lembrando que seu partido, o PMDB, faz parte da base de sustentação do governo no Congresso, mas não pode "anuir com situações que não condizem não só com o nosso programa e ideal parti-



Maldaner: apelo ao presidente

dário, mas também com o nosso espírito de solidariedade".

Maldaner apontou as deficiências governamentais na própria execução de seu orçamento. Na sua opinião, se a análise das aplicações, foram por setor, mostrou que foram cumpridas algumas metas, "o mais impressionante do levantamento diz respeito ao que deixou de ser cumprido".

Para o senador, "é inegável que o Estado brasileiro não tem condições de gerir a aplicação dos seus recursos orçamentários". E isso ocorre, segundo frisou, apesar das reiteradas afirmativas do atual governo no sentido de que o Estado brasileiro está inchado, "o que é uma inverdade".

Rocha lamenta liquidação do Banap

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou acertada a decisão do Banco Central (BC) em suspender uma operação fraudulenta no Banco do Estado do Amapá (Banap), que daria um prejuízo de R\$ 6 bilhões à instituição. Mesmo elogiando a decisão do BC, Sebastião Rocha mostrou-se contrário à liquidação do Banap, decretada no dia 3.

Conforme informou, a operação visava a uma captação externa no valor de R\$ 6 bilhões, por meio de documentos e declarações falsificadas. Sebastião Rocha explicou que os recursos seriam captados mediante a emissão de certificados de depósitos bancários (CDBs), mas o BC bloqueou a operação. "Não há dúvida de que tudo foi feito por uma quadrilha especializada", assegurou.

- O Banco Central agiu corretamente ao suspender a operação, evitando um calote que colocaria em risco o sistema financeiro nacional. Mas, não era preciso liquidar o Banap - afirmou.

CONHEÇA
O SENADO

Biblioteca do Senado tem mais de 150 mil volumes

A Biblioteca do Senado Federal é hoje uma das maiores da América Latina na área de Ciências Jurídicas, destacando-se também nas áreas de Economia e Ciência Política. Seu acervo tem mais de 150 mil volumes, incluindo uma coleção de três mil obras raras.

Dessa coleção destaca-se o manuscrito inédito de Machado de Assis intitulado *Casamento do Diabo*. O livro faz parte do acervo do ex-senador Luiz Viana Filho comprado este ano pela Biblioteca do Senado. Além do manuscrito inédito, esse acervo tem outras mil obras raras, como as primeiras edições dos livros *Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, livros de história do Brasil escritos nos séculos XVIII e XIX e as obras da série "Viajantes", que são relatórios de expedições científicas ao Brasil feitas por países europeus.

Desde o ano passado, sete obras raras do acervo da Biblioteca do Senado foram republicadas pela Casa, entre elas: *A Constituinte Perante a História*, de Marcondes Homem de Mello; *A Província*, de Aureliano Cândido de Tavares Bastos, e *Systema Representativo*, de José de Alencar. As obras, selecionadas por uma comissão presidida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), fazem parte da coleção "Memória Brasileira" criada pelo então presidente do Senado, José

Samary.

DOCUMENTOS

A Biblioteca do Senado também tem uma coleção de 130 documentos históricos microfilmados. Entre eles, destacam-se cópias de jornais antigos (desde 1824) e relatórios ministeriais e presidenciais da época do Brasil Império e da Primeira República.

O acervo da Biblioteca do Senado inclui também 3.600 periódicos (jornais e revistas), além de mapas, microfímes, audiovisuais, CD-ROMS e um arquivo de recortes dos principais jornais brasileiros.

Além do amplo acervo da biblioteca, os parlamentares, assessores legislativos e funcionários do Senado podem ter acesso aos livros de outras 14 bibliotecas de Brasília, que são gerenciadas pela Biblioteca do Senado.

Todos os livros e periódicos da biblioteca da Casa e das 14 bibliotecas conveniadas estão catalogados na *home page* do Senado na Internet.

O endereço do Senado na Internet é: <http://www.senado.gov.br>

A biblioteca recebeu o nome de Acadêmico Luiz Viana Filho em homenagem ao ex-senador. Fica no Anexo 2 do Senado e está aberta ao público de 9h às 18h30. Mas o empréstimo é restrito a parlamentares, assessores e funcionários do Congresso.



A biblioteca abre ao público das 9h às 18h30

Senador faz balanço de encontro realizado por seu partido em Aracaju e defende instrumentos que reduzam o "custo Brasil", ampliem a atividade econômica e assegurem a geração de empregos

Valmir afirma que PTB lutará por reforma

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou sexta-feira que, diante dos "índices imorais de desemprego", os participantes do Segundo Encontro Nacional do PTB, realizado em Aracaju (SE), recomendaram a realização da reforma tributária como instrumento capaz de reduzir o "custo Brasil", induzir a ampliação da atividade econômica e gerar novos postos de trabalho.

Conforme o senador, os membros da plenária do PTB elegeram algumas prioridades de substancial inte-

resse partidário e da sociedade brasileira. Entre elas estão a reforma agrária; educação de base; habitação popular; geração e garantia de emprego; reforma do Judiciário; saúde e saneamento.

Dentre as inúmeras sugestões apresentadas sobre reforma agrária, o senador disse que a sua municipalização e a criação de um conselho integrado por forças representativas da sociedade para fiscalizar as ações da prefeitura nessa área passaram "a figurar como prioridades do partido". Valmir Campelo in-

formou que, na ocasião, foi constituído o Movimento da Juventude Trabalhista Brasileira.

- Plenamente sintonizado com a nova ordem que se impõe nessa era de globalização, o PTB permanece fiel às suas raízes cinquentenárias, cujo escopo é lutar pela perfeita harmonia entre capital e trabalho, pressuposto indispensável para o atingimento da justiça e do bem-estar social com que tentam sonhar as classes trabalhadoras deste nosso Brasil de tantos contrastes - afirmou.



Valmir: partido permanece fiel às suas raízes cinquentenárias

Miranda: código muda direção no trânsito

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) afirmou que as punições previstas no novo Código de Trânsito levarão os motoristas a rever a forma de dirigir seus veículos. Para o senador, que foi relator da matéria no Senado, também as multas estabelecidas no novo texto, por "mexerem" com o bolso das pessoas, farão com que os motoristas reflitam antes de cometer infrações.

Segundo Miranda, a aprovação, na Câmara, do substitutivo do Senado ao projeto do Código de Trânsito Brasileiro re-

presenta o reconhecimento dos deputados ao trabalho desenvolvido durante três anos pelos senadores para o aperfeiçoamento do texto. O senador lembrou que o Senado promoveu diversas audiências públicas sobre segurança no trânsito e contou com a colaboração "dos melhores juízes e promotores do país".

Gilberto Miranda destacou que o que o projeto tem de mais importante "é a atualização do código velho para a realidade atual, em que há abuso de velocidade e em que morre gente de acidente mais do que de qualquer outra forma".



Miranda: reconhecimento ao trabalho dos senadores

Rigor: multa de até R\$ 819,70 e cadeia para quem dirigir bêbado

O novo Código de Trânsito Brasileiro, aprovado pelos deputados, é o resultado de um substitutivo preparado pelos senadores. Seu objetivo maior é reduzir o número de acidentes de trânsito no país e, para isso, suas regras são muito mais severas, prevendo até mesmo cadeia em alguns casos, como ao motorista que for apanhado dirigindo bêbado.

O código muda todo o atual sistema de multas, além de elevá-las substancialmente, com um detalhe que desestimulará qualquer motorista a se arriscar: a multa básica, de R\$ 163,94, será multiplicada conforme a gravidade da infração, chegando a R\$ 819,70. A Câmara encaminhará o projeto ao presidente da República, para sanção, até quarta-feira.

PRINCIPAIS PONTOS

O cinto de segurança pas-

sa a ser obrigatório em todo o país.

Motoristas iniciantes terão carteira provisória por um ano e, se não cometerem falta grave ou gravíssima, receberão a carteira definitiva.

As infrações passam a ter graduações, de leve a gravíssima. Conforme a infração, as multas são multiplicadas, podendo chegar a R\$ 819,70.

Infrações graves, incluindo motorista embriagado ou participação em "pegas", poderão ser consideradas crimes culposos, com cadeia de seis meses a três anos. A pena sobe se houver homicídio.

A velocidade máxima nas estradas, para automóveis e caminhonetes, poderá chegar a 110 km/h, desde que haja sinalização para isso. Ônibus e microônibus poderão trafegar nessas estradas com velocidade de até 90 km/h. Para caminhões, o máximo conti-

nua em 80 km/h.

Prefeituras poderão fiscalizar o trânsito e aplicar multas (hoje, atribuição dos governos estaduais). A arrecadação irá para as prefeituras.

Todo carro novo deverá sair de fábrica com lanterna lateral. Será exigido do ciclista que sua bicicleta tenha espelho retrovisor.

Radares e câmaras fotográficas poderão aplicar multas por excesso de velocidade.

Todo carro terá de ser visorizado anualmente pelo Departamento de Trânsito. Haverá ainda vistorias periódicas para se verificar emissão de gases.

Mais rigor na análise de teor de álcool etílico no corpo de motoristas. Cai de 0,8 mg de álcool por litro de sangue para 0,6 mg - cerca de 2,5 copos de cerveja ou 1,5 dose de uísque para pessoa de 70 quilos.

HOMENAGEM

Senado exalta papel da Rede Amazônica

O Senado realizou, na quinta-feira, sessão especial em homenagem ao jubileu de prata da Rede Amazônica de Rádio e TV. Na mais vasta região do país, o importante papel de integração que os veículos da empresa amazense desempenham foi o aspecto mais lembrado. A bancada amazônica do Senado participou em peso da

homenagem, com a palavra de reconhecimento dos senadores Bernardo Cabral, Flaviano Melo, Sebastião Rocha, Marina Silva, Gilvam Borges, Nabor Júnior, José Bianco, Jefferson Péres e Marluce Pinto. Geraldo Melo, na presidência da sessão, e Romeu Tuma associaram-se às homenagens.



Nabor: integrar a região

Para Nabor, jubileu atesta eficiência e idoneidade

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que o jubileu de prata da Rede Amazônica de Rádio e Televisão é "um atestado de eficiência e de idoneidade, capaz de inspirar todos os brasileiros que ali vivem e tentam construir um futuro melhor para a grande região".

Ele destacou que a rede cumpre sua proposta essencial, que é a de "integrar a região à cultura nacional e, ao mesmo tempo, atender a seus reclamos, atentar para suas peculiaridades".

O senador observou que "muito se critica, com inteira razão, o lado negativo da programação da TV brasileira mas, em contrapartida, é unânime o reconhecimento da importância desse veículo para preservarmos os nossos padrões de identidade como nação".

Nabor Júnior informou que a Rede Amazônica de Televisão opera com cinco estações geradoras e dezenas de retransmissores, a partir das capitais dos estados da Amazônia, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, cobrindo uma área de 2,5 milhões de quilômetros quadrados.

Bianco: rede tirou região do isolamento

O senador José Bianco (PFL-RO) destacou a "grandiosidade da contribuição da Rede Amazônica de Rádio e Televisão para o crescimento, a integração e o desenvolvimento da Amazônia". Para ele, a chegada da rede fez com que os estados da região Norte passassem a ter "contato com todo o país".

- Quando a Rede Amazônica chegou, em 1977, em Ji-Paraná, cidade da qual fui prefeito, todos falavam que "de agora em diante nós somos gente". Até essa época, vivíamos inteiramente isolados, sem telefones e jornais - lembrou José Bianco.



Bianco: ligação com o mundo



Jefferson: soberania

Jefferson destaca a promoção da cultura

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que a Rede Amazônica promoveu "a integração de uma das mais extensas e isoladas regiões do mundo através de modernas tecnologias de comunicação, a serviço do jornalismo, do entretenimento e da cultura".

Ele destacou a importância da existência de uma rede essencialmente amazônica para a região, que, a seu ver, depois do advento da Zona Franca, foi "arrebataada por um processo de desenraizamento e alienação, ameaçando a própria identidade de seu povo".

Na opinião de Jefferson Péres, a empresa é grande aliada na construção de "uma Amazônia plenamente integrada ao espaço da soberania brasileira e reconhecida em suas imensas potencialidades naturais e humanas".

O senador lembrou que, além de transmitir para a Amazônia e países vizinhos uma programação voltada para temas científicos, culturais e educativos, essa rede exerce função imprescindível para os representantes dos estados amazônicos, cobrindo diariamente os trabalhos dos parlamentares no Congresso.

Melo aponta espírito de luta e amor ao trabalho

Presidindo a Mesa do Senado, o senador Geraldo Melo (PSDB-RR) disse expressar o sentimento da Casa ao associar-se às homenagens prestadas por vários senadores à Rede Amazônica de Televisão. Ao referir-se aos responsáveis pela empresa, ele mencionou "a liderança continuada e o espírito de luta de pessoas que demonstraram grande amor por nosso país". Elogiando a capacidade de empreendimento que resultou naquela rede, Geraldo Melo disse que "tudo que é feito com amor fica bem feito". Ele explicou a ausência na solenidade do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, dizendo que ele se encontrava recebendo homenagens em sua terra natal.



Melo: justa homenagem



Marluce: admiração do povo

Marluce valoriza o pioneirismo da iniciativa

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) homenageou a Rede Amazônica de Rádio e Televisão dizendo que "hoje é muito fácil instalar um canal de televisão, mas não foi essa a situação enfrentada pelos que tiveram a iniciativa de executar esse empreendimento na região".

Ela afirmou que, mais que um discurso, o responsável pela estação, Phelippe Daou, merecia um abraço amigo, capaz de externar o sentimento de admiração do povo amazônico. Também testemunhou os critérios de justiça aplicados pelos editores daquela rede na divulgação dos líderes da região. Conforme a senadora, do líder interiorano ao governador, todos têm espaço.

- Quero dar meus parabéns ao Brasil e à região Norte. E quero aproveitar a oportunidade para alertar a todos nós, brasileiros, para salvaguardar a nossa Amazônia.

Marluce disse que a rede tem um trabalho primordial nessa tarefa, e apontou a comunicação como valiosa na proteção de uma região tão importante para o mundo.

HOMENAGEM



Rocha: mais repetidoras

Rocha faz anúncio de planos de expansão

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou a importância da Rede Amazônica de Rádio e Televisão para a integração regional e nacional daquela "vasta região, riquíssima em recursos naturais e matérias-primas e estratégica para a segurança nacional e para a geopolítica do Brasil".

Sebastião Rocha, que falou durante a homenagem do Senado àquela rede, pelos seus 25 anos de fundação, disse que a meta da empresa para este ano é fazer chegar o sinal da TV Amapá e do sistema Amazonas a todo o interior do estado.

Conforme o senador, a Rede Amazônica de Rádio e Televisão compreende a TV Amazonas, canal 5; a TV Acre, canal 4; a TV Amapá, canal 6; a TV Rondônia, canal 4 e a TV Roraima, canal 4. Inclui ainda uma sucursal de Brasília, três emissoras de rádio FM (Manaus, Macapá e Rio Branco) e uma rádio AM, que transmite a partir de Manacapuru, no Amazonas.

Tuma vê importância em soluções inovadoras

Ao homenagear a Rede Amazônica de Rádio e TV, nos seus 25 anos, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou o pioneirismo dos fundadores dessa organização. Ele lembrou que "instalar uma empresa exige sacrifícios naturais para vencer os desafios do mercado; mas na Amazônia, entretanto, os obstáculos são ainda maiores e desconhecidos pelos empresários do resto do país".

Depois de se reportar à inauguração da TV Amazonas, em 1971, ele destacou a rápida ampliação da rede, que em apenas cinco meses já cobria todos os estados da região. De acordo com Romeu Tuma, a empresa já instalou 130 retransmissoras, que se espalham por 120 municípios da Amazônia, beneficiando uma população superior a 7 milhões de pessoas.

Em aparte, o senador José Sarney (PMDB-AP) associou-se às homenagens, afirmando que a Rede Amazônica desempenha um trabalho a serviço da região.



Tuma: vencendo obstáculos



Cabral: ousadia empresarial

Proposta da sessão especial foi de Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM), autor do requerimento que resultou na homenagem do Senado à Rede Amazônica de Rádio e Televisão, pelo seu 25º aniversário, ressaltou a ousadia dos fundadores em implantar uma emissora de tevê numa "região tão distante, carente e de difícil acesso".

Ele fez um histórico do crescimento da rede, e prestou homenagem ao presidente da emissora, Philippe Daou, que ocupou um lugar na mesa, ao lado do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), 1º vice-presidente do Senado, e do senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

Cabral disse que, ao adotar o lema "ocupar a Amazônia pelas telecomunicações", a Rede Amazônica escolheu desde o princípio um caminho certo para trilhar. Ele lembrou palavras do presidente da empresa ditas na inauguração da geradora do Acre em 1974, quando informou da resistência que enfrentaram até das comunidades, "descrentes, por engodos passados".

Flaviano compara avanços a "revolução"

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que os fundadores da Rede Amazônica de Rádio e Televisão deram um passo à frente, "ao integrar aquele enorme pedaço do Brasil, especialmente os estados mais pobres, ao resto do país". A seu ver, a empresa, que completa 25 anos de fundação, pode se orgulhar da verdadeira "revolução" que provocou na Amazônia, com a entrada em operação do Amazonasat.

De acordo com Flaviano Melo, graças à Rede Amazônica, os habitantes do norte do país, desde o início desta semana, podem acompanhar a TV Senado, por meio de um telejornal diário, especialmente preparado para a região. Conforme explicou, o novo programa, *Amazônia no Senado*, está sendo veiculado em toda a Amazônia, pelo satélite Amazonasat.

Em nome da liderança do PMDB, o senador Jader Barbalho (PA) associou-se, em aparte, às homenagens à Rede Amazônica.



Flaviano: Amazônia no Senado



Gilvam: visão empreendedora

Gilvam lembra estímulo da família

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) homenageou toda a equipe que forma a Rede Amazônica de Rádio e Televisão, louvando o profissionalismo com que atua numa região de tantas dificuldades.

Na ocasião, o senador também homenageou a mãe do proprietário da empresa, Nazira Daou, já falecida, enaltecendo o caráter, a personalidade e a visão com que estimulou o empreendimento do filho, Philippe Daou.

- Eu, que considero a família o núcleo e a base de qualquer iniciativa, não poderia deixar de homenagear d. Nazira, que lhe ensinou os primeiros passos. Homenageio também sua esposa, dona Madalena, que em todos os momentos em que o líder está à frente do empreendimento, está lhe dando a sustentação necessária para os resultados. Pela família se pode imaginar o tamanho de um homem - disse o parlamentar.

Equipe tem atuação profissional, conforme Marina Silva



Marina: direito a contraponto

A senadora Marina Silva (PT-AC) enfatizou o profissionalismo da atuação da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, dizendo que, no início de sua carreira política, na condição de vereadora e deputada, sempre teve a oportunidade de ver suas idéias serem veiculadas por essa estação.

- Sempre que fiquei sem oportunidade de colocar meu ponto de vista, me deram espaço para fazer o contraponto - informou a senadora, parabenizando, na pessoa do dono da empresa, Philippe Daou, todos os seus funcionários, especialmente os das sucursais do Acre e Brasília. Ela lem-

brou a parceria iniciada entre a Rede Amazônica e a CNN, para afirmar que, finalmente, o amazônida poderá ser o agente da notícia.

Marina disse ainda que aquela região apresenta um misto de pobreza, riqueza, simplicidade e mistério, que dá a todos os seus cidadãos a cer-

teza de que "o dever pertence a todos, nas mais diferentes formas de contribuição". Ela reconheceu as dificuldades para a instalação de uma rede de televisão na Amazônia, e declarou: "Fazer comunicação ali dá muito trabalho, mas com maestria se constitui uma grande obra".

Amorim vê ideais de brasilidade

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) exaltou o jubileu de prata da Rede Amazônica de Rádio e Televisão, organização que atua em todos os estados da região Norte e representa, segundo o parlamentar, "um empreendimento pioneiro, heróico e patriótico, porque leva aos brasileiros que habitam os rincões mais remotos do país as notícias e a informação cultural que fazem de nossa gente um único povo, irmanado pelos ideais da brasilidade".

Depois de destacar a importância conferida pela Rede Amazônica de Rádio e Televisão à presença de noticiário em sua programação, o senador observou que "tudo o que nós, parlamentares do Norte ou de outras regiões do país, fazemos ou deixamos de fazer no Congresso chega ao conhecimento do povo da região, o que contribui para o seu pleno exercício da cidadania".

Amorim registrou com satisfação uma parceria recentemente fechada entre aquela rede de televisão e a rede

norte-americana CNN, para o treinamento de profissionais nos Estados Unidos, com o objetivo de melhorar a qualidade do noticiário sobre a região.

- Será uma forma de fazer a Amazônia ser ouvida em todo o mundo na sua própria voz, sem as mistificações comumente feitas por estranhos à região, que vivem dando palpites desarrazoados sobre os problemas sociais e ambientais da área - frisou o senador rondoniense.

Para Amorim, "nestes tempos da informação cada vez mais globalizada, os brasileiros podem se orgulhar de uma rede que fala diretamente da Amazônia para o mundo".



Amorim destaca noticiário



Nabor preside a sessão que estudou a proposta de José Cesário, analisada por Jefferson e Ademir



Comissão especial para a Amazônia debate mecanismo que financie exploração de seringueis integrada à proteção do meio ambiente

Consórcio ecológico, proposta para preservar a Amazônia

O presidente da comissão temporária destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), qualificou de "executível e de alto conteúdo social" proposta de criação de consórcios ecológicos, formulada pelo consultor do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, José Cesário de Barros. A proposta, debatida na quinta-feira passada pela comissão, tem como objetivo o financiamento da preservação da região por meio da venda de cotas do consórcio, garantindo o retorno de 50 mil famílias aos seringueiros.

De acordo com o projeto, cada unidade de produção do seringueiro, também chamada colocação, teria 300 hectares e seria um grupo de consórcio. Cada cota desse grupo representaria seis hectares, o que significaria 50 cotas por grupo, e custaria mensalmente R\$ 12,00 - ou R\$ 3,6 mil por colocação - durante vinte anos. Tais cotas seriam vendidas para pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, e os recursos arrecadados seriam aplicados, através de um fundo, em vários subprogramas.

O principal subprograma seria o financiamento do retorno de 50 mil famílias de seringueiros à produção. Cada família

receberia uma "bolsa ecológica" no valor de um salário mínimo para se estabelecer no seringal e produzir borracha. Segundo o consultor, em 1985 havia entre 70 mil e 80 mil famílias dedicadas à produção da borracha; em 1986, esse número estava reduzido a 8 mil.

Outros subprogramas se destinariam à formação de núcleos hortiagriflorestais, para aproveitamento das áreas desmatadas e até de locais degradados, e a projetos de educa-

Programa em debate objetiva o retorno de 50 mil famílias de seringueiros. Cada família receberia uma "bolsa ecológica"

ção, saúde e abastecimento das famílias de seringueiros, que seriam consideradas "agentes ecológicos".

Para a implantação dos subprogramas, seria necessário cerca de R\$ 1,08 bilhão nos próximos cinco anos, segundo o consultor, e US\$ 6 bilhões para a sua manutenção, por 15 anos. Os recursos viriam da venda das cotas dos consórcios ecológicos e da cobrança de uma Taxa de Organização do Meio Ambiente da Amazônia, a incidir sobre todos os produtos fabricados pelas indústrias poluentes - 0,5% sobre seu produto *ad valorem*. Para cada real arrecadado com a taxa, seria negociada com os países ricos

a necessidade de aporte de R\$ 1,00.

José Cesário tem apresentado sua proposta, que argumenta ser fruto de longa experiência na região, às lideranças da Amazônia, colhendo opiniões e subsídios para posterior encaminhamento da idéia ao Executivo.

Durante os debates, o relator da comissão, Ademir Andrade (PSB-PA), observou que a criação de uma taxa destinada à preservação do meio ambiente na Amazônia deve ser feita mediante projeto de lei de iniciativa do Executivo, com o que concordou o consultor. Já Jefferson Péres (PSDB-AM) destacou que todos sabem o que fazer na Amazônia - piscicultura, empreendimentos minero-metalúrgicos e agroflorestais - mas não sabem a forma como isso deve ser feito. Ele afirmou que "a região é vastíssima, com povoamento disperso, e sofre constrangimento ecológico".

Na mesma reunião, Ademir Andrade, com o apoio de Jefferson Péres, solicitou a Nabor Júnior que requiera à Assembleia do Pará a integral do depoimento da presidente do Basa, Flora Valadares. Ademir sugeriu a realização de seminário em Manaus, no terceiro fim de semana de outubro, destinado à discussão da política florestal para a região da Amazônia.

João Rocha enaltece a memória de Borges

O senador João Rocha (PFL-TO) homenageou a memória de Agnaldo Borges Pinto, por ele considerado "bandeirante das comunicações no extremo norte de Goiás" e que, ressaltou, deixaria como legado uma história de lutas em favor da modernização dos meios de co-

municação no estado.

De acordo com o senador, Borges era executivo da Organização Jaime Câmara e abdicou do cargo de diretor da TV Anhangüera para implantar, em 1976, uma emissora do grupo em Araguaína. "Ele conseguiu não apenas concretizar o projeto, como passou a apoiar a causa libertária do Tocantins", acrescentou.

João Rocha afirmou que, além de representar nova opção de lazer, esse canal de TV se transformou em "um valioso instrumento de defesa dos interesses maiores do estado; de prestação de serviço de utilidade pública; e de estímulo e fortalecimento da economia regional".



João Rocha lembra pioneiro